

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 22, DE 2015

Sugere a realização de Audiência Pública para discutir a PEC 18/2011, que dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

Autor: Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais – SINDGUARDAS/MG

Relator: Deputado LINCOLN PORTELA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão de autoria do Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais – SINDGUARDAS/MG, que solicita a realização de Audiência Pública para discutir a PEC 18/2011, que dá nova redação ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para autorizar o trabalho sob regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.

II - VOTO DO RELATOR

É notória a recente intensificação do debate acerca da redução da idade mínima para o trabalho, sobretudo após ser aprovada, em primeiro turno,

proposição que objetiva reduzir a maioria penal em relação a determinados crimes.

Quanto à redução da idade mínima para o trabalho, prevista no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República, tramitam nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2011, e outras PECs a esta apensadas, que estão prontas para receber parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) acerca de sua admissibilidade.

Nesse contexto, cabe ao Parlamento sediar debates sobre a matéria, de forma a possibilitar sua ampla análise e a obtenção de elementos para orientar o adequado encaminhamento das citadas Propostas de Emenda à Constituição.

Justifica-se, assim, a realização da Audiência Pública sugerida, evento em que devem ser ouvidas pessoas com notório conhecimento sobre o tema e atuação na defesa dos interesses envolvidos, entre elas:

- Sr. Stanley Gacek - Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil; bezerra@ilo.org – Ana Maria;

- Sr. Germano Siqueira – presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) presidencia@anamatra.org.br e legislativo@anamatra.org.br ;

- Sra. Isa Oliveira – secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI): fnpeti@fnpeti.org.br; 3349-5660;

- Sr. José de Barros Levenhagen – presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST): 3043-4252 e 3043-4540. Fax: 3043-4369; presidencia@tst.jus.br;

- Sra. Heloisa Oliveira - Administradora Executiva da da Fundação ABRINQ: advocacy@fundabring.org.br; (11) 3848-8799;

- E membros de outras entidades que demonstrarem expertise e interesse no enriquecimento do debate.

Diante disso, manifestamo-nos favoravelmente à conversão da Sugestão nº 22, de 2015, em requerimento de realização de Audiência Pública, nos termos do anexo.

Sala da Comissão, em de agosto de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA

Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO

Requer a realização de Audiência Pública para debater a matéria objeto da PEC 18/2011 e de suas apensadas.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater a matéria objeto da PEC 18/2011 e de suas apensadas, referente à redução da idade mínima para o trabalho, evento em que devem ser ouvidas pessoas com notório conhecimento sobre o tema e atuação na defesa dos interesses envolvidos, entre elas:

- Sr. Stanley Gacek - Diretor-Adjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil; bezerra@ilo.org – Ana Maria;
- Sr. Germano Siqueira – presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) presidencia@anamatra.org.br e legislativo@anamatra.org.br ;
- Sra. Isa Oliveira – secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI): fnpeti@fnpeti.org.br; 3349-5660;
- Sr. José de Barros Levenhagen – presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST): 3043-4252 e 3043-4540. Fax: 3043-4369; presidencia@tst.jus.br;
- Sra. Heloisa Oliveira - Administradora Executiva da da Fundação ABRINQ: advocacy@fundabring.org.br; (11) 3848-8799;

- E membros de outras entidades que demonstrarem expertise e interesse no enriquecimento do debate.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA